

XII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM  
PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL

21 a 25 de maio de 2007

Belém - Pará - Brasil

---

PADRÃO ESPACIAL DO TRABALHO NO BRASIL

ELZIRA LÚCIA DE OLIVEIRA (UCAM-CAMPOS)

GUSTAVO HENRIQUE NAVES GIVISIEZ (UCAM-CAMPOS)

# **PADRÃO ESPACIAL DO TRABALHO NO BRASIL**

## **RESUMO**

O processo de reestruturação produtiva da economia brasileira produziu mudanças notáveis no padrão espacial e setorial do mercado de trabalho. Em termos setoriais, assistiu-se a um forte movimento de trabalhadores entre os setores de atividade. Esses fluxos se originaram principalmente na indústria em direção a outros setores da economia, especialmente, para o terciário. Pela ótica da localização espacial verificam-se movimentos de concentração e dispersão de atividades no território brasileiro. Este foi o ângulo de análise que se destacou no presente texto, por meio da análise dos estados do Ceará, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, cuja escolha se justifica no texto. Tais mudanças foram analisadas por meio da análise do Quociente de Especialização Regional do Emprego. Os resultados indicam que houve, na década analisada neste estudo, certa dinâmica espacial da produção e, conseqüentemente do trabalho. A reduzida desconcentração espacial verificada é muito mais resultado do esforço de políticas regionais e locais, que, no primeiro momento conseguem atrair investimentos por meio da renúncia fiscal e das vantagens comparativas estáticas.

# PADRÃO ESPACIAL DO TRABALHO NO BRASIL

## INTRODUÇÃO

O processo de reestruturação produtiva da economia brasileira produziu mudanças notáveis no padrão espacial e setorial do mercado de trabalho. Em termos setoriais, assistiu-se a um forte movimento de trabalhadores entre os setores de atividade. Esses fluxos se originaram principalmente na indústria em direção a outros setores da economia, especialmente, para o terciário. Em consequência, a literatura nacional, em sua maior parte, tem se preocupado principalmente em analisar as mudanças ocorridas no padrão do emprego *industrial*<sup>1</sup>, ignorando os conseqüentes movimentos espaciais e setoriais que essas mudanças ocasionam.

Pela ótica da localização espacial verificam-se movimentos de concentração e dispersão de atividades no território brasileiro, sendo esse o ângulo que se pretende destacar no presente texto, por meio da análise dos estados do Ceará, Pernambuco, São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. A escolha desses estados deriva dos fatos a seguir descritos.

O Ceará situa-se entre os estados que mais se desenvolvem no país e apresenta, a partir de 1990, taxas de crescimento superiores à média nacional. A crescente busca de competitividade internacional assumida pela política econômica brasileira transformou o Ceará em excelente opção locacional, pois para quem quer exportar são menos três dias de navio até a Europa ou aos Estados Unidos, em comparação ao Sul. Além do mais, os baixos custos salariais vigentes em todo o Nordeste vêm funcionando como atrativo aos setores que empregam mão-de-obra de forma intensiva.

Pernambuco, embora seja o estado nordestino que conte com as melhores condições de infra-estrutura urbana e instituições de ensino e pesquisa de qualidade, vem apresentando claros sinais de estagnação e até mesmo de declínio. A tentativa de atrair novos investimentos através do aproveitamento do Porto de Suape não se viabilizou.

São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais constituem o centro econômico nacional, mas apresentam estruturas produtivas profundamente diferenciadas e padrões de distribuição espacial diversos. Enquanto o interior de Minas Gerais tem um peso industrial

sensivelmente superior ao da região metropolitana, graças à presença do Vale do Aço, o Estado do Rio de Janeiro apresenta um padrão de localização da produção altamente concentrado em sua região metropolitana, enquanto em São Paulo configura-se um novo mapa locacional da produção, em que a unidade fabril muda de endereço, dirigindo-se para o interior, enquanto a gestão permanece na cidade de São Paulo.

Finalmente, o Rio Grande do Sul merece destaque especial uma vez que a partir dos anos 1990 passa por mudanças profundas em sua estrutura produtiva. Até então estado, caracterizado pela prevalência da pequena e da média empresa, sem a presença de multinacionais de peso e sem empresas públicas de porte, passa a receber investimentos em novos setores, abrigando montadoras de veículos, fábricas de pneus e pesadas ampliações no setor químico com a duplicação do Pólo Petroquímico e da Refinaria Alberto Pasqualini. Esses investimentos provocaram uma “descontinuidade” na evolução econômica do estado que, somados à implantação do Mercosul passam a definir uma tendência de arrasto a novas inversões para o espaço ao sul de São Paulo.

Tais mudanças serão analisadas por meio da análise do Quociente de Especialização Regional do Emprego. Para tanto os setores secundário e terciário serão analisados desagregados em treze subsectores. Adicionalmente, analisar-se-á o grau de mudança na estrutura setorial do trabalho em todas as unidades da federação.

O texto é composto de cinco seções estruturadas como se segue: a primeira apresenta uma análise descritiva do emprego nos estados selecionados, a segunda discute brevemente o tema trabalho e espaço; a terceira descreve a metodologia adotada para identificar o padrão espacial da atividade econômica nos estados selecionados. A quarta seção analisa os resultados verificados por meio da metodologia aplicada e, finalmente, a quinta discute os principais achados, e tecendo as principais conclusões à luz dos resultados obtidos.

## **EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS**

Para ilustrar o comportamento do emprego nos locais estudados, a tabela 1 apresenta taxas de crescimento do emprego nos setores secundário e terciário entre 1993 e 2003. O setor secundário foi desagregado em três segmentos industriais (Indústria extrativa, Indústria de transformação e Construção civil) e o terciário em quatro segmentos de

serviços (Serviços distributivos, Serviços pessoais, Serviços produtivos e Serviços sociais).

De acordo os dados da tabela 1, no Ceará, a Indústria extrativa e a Construção civil apresentaram taxas de crescimento negativas, relativamente às taxas positivas verificadas para o Brasil no período. Entretanto, verificou-se desempenho superior à média nacional na Indústria de transformação (aproximadamente três vezes maior), Serviços distributivos (pouco mais de uma vez) e Serviços produtivos (2,8 vezes maior). Embora tenham sido observadas taxas de crescimento aquém da média nacional, os Serviços pessoais e os Serviços sociais mantiveram-se em patamares bastante próximos a ela.

Em que pese Pernambuco ter experimentado crescimento do emprego praticamente igual ao do Brasil nos Serviços produtivos, e bastante próximo nos Serviços sociais, as taxas de crescimento nos demais segmentos foi significativamente inferior. Merece destaque o crescimento ínfimo da Indústria de transformação, que cresceu 1,9% comparativamente ao crescimento de 33,7% verificado no Brasil. Como no Ceará, tanto a indústria extrativa quanto a construção civil apresentaram taxas de crescimento negativas.

O emprego em Minas Gerais cresceu acima, ou bem próximo, ao do conjunto da economia nacional em todos os subsetores analisados, exceto na indústria extrativa a qual se identificou contração do emprego. Rio de Janeiro e São Paulo, que se inserem no eixo dinâmico da economia nacional apresentaram taxas de crescimento do emprego significativamente acima da média nacional justamente na indústria extrativa. Tal indústria encolheu no Ceará, em Pernambuco e em Minas Gerais no período analisado.

O Rio Grande do Sul apresentou o mais significativo crescimento do emprego na indústria extrativa (186,71%), aproximadamente 41 vezes a média nacional. Destaca-se ainda o melhor desempenho na construção civil entre os estados analisados. Embora não tenha apresentado taxas negativas em nenhum dos sete segmentos, entre 1993 e 2003, o desempenho nos demais (indústria de transformação, serviços distributivos, serviços pessoais, serviços produtivos e serviços sociais) foi abaixo da média nacional. No entanto, é importante registrar que, na indústria de transformação, a taxa de crescimento foi superior à verificada para São Paulo. Entretanto, o crescimento do emprego nos serviços distributivos não respondeu ao crescimento da indústria de transformação e apresentou a menor taxa entre os estados focalizados neste trabalho.

TABELA 1  
 TAXAS DE CRESCIMENTO DO EMPREGO POR SETORES SELECIONADOS ENTRE 1993 E 2003 (%) – CEARÁ,  
 PERNAMBUCO, MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

Setores de Atividade	Ceará	Pernambuco	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	Rio Grande do Sul	Brasil
Indústria Extrativa	-28.09	-45.87	-9.59	51.29	38.42	186.71	4.52
Indústria de Transformação	105.96	1.90	52.18	-2.74	16.31	25.70	33.70
Construção civil	-24.87	-36.31	28.61	28.50	26.65	36.49	27.81
Serviços distributivos	50.58	23.98	44.13	33.52	44.73	22.65	44.33
Serviços pessoais	31.60	7.31	31.41	18.65	33.37	15.33	33.30
Serviços produtivos	486.55	178.81	204.85	152.55	186.25	99.33	178.27
Serviços sociais	30.31	38.47	40.85	26.01	41.39	32.01	39.26

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE MICRODADOS DA PNAD/IBGE – 1993 E 2003

Os números absolutos, a partir dos quais foram estimadas as taxas de crescimento discutidas se encontram na tabela 2.

TABELA 2  
 POPULAÇÃO OCUPADA POR SETORES SELECIONADOS ENTRE 1993 E 2003 (%) – CEARÁ, PERNAMBUCO,  
 MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO

Setores de Atividade		Ceará	Pernambuco	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	Rio Grande do Sul	Brasil
Extrativa	1993	8769	9802	69617	22265	20584	7290	299412
	2003	6306	5306	62943	33684	28492	20901	312959
Indústria de Transformação	1993	251522	251494	773451	698714	2848752	765251	7878481
	2003	518038	256260	1177043	679598	3313459	961897	10533569
Construção civil	1993	235812	235654	472333	420231	958580	232151	4084103
	2003	177159	150097	607453	539994	1214056	316858	5219775
Serviços distributivos	1993	421293	563197	1093112	1122431	2706210	734767	10917577
	2003	634367	698230	1575533	1498626	3916662	901193	15756937
Serviços pessoais	1993	399666	492355	1272041	1289977	2643342	693070	10655137
	2003	525952	528335	1671572	1530547	3525389	799297	14203696
Serviços produtivos	1993	22697	56996	156173	248139	613096	163936	1840416
	2003	133130	158911	476092	626670	1754973	326780	5121316
Serviços sociais	1993	287000	328369	850100	918939	1854073	556305	8298563
	2003	374004	454685	1197385	1157932	2621388	734361	11556670

FONTE: ELABORADO A PARTIR DE MICRODADOS DA PNAD/IBGE – 1993 E 2003

## ESPAÇO E TRABALHO

Os países desenvolvidos experimentaram nas últimas décadas um intenso movimento de partição do processo produtivo por meio, principalmente, da terceirização da produção de componentes de menor valor agregado e das atividades acessórias.

A globalização da economia mundial impõe a internacionalização das economias locais quando aumenta a importância das relações exteriores e a geração de vantagens comparativas dinâmicas na atração de novos investimentos. Por um lado fomenta a *guerra fiscal* entre as economias locais. Por outro, as vantagens comparativas dinâmicas - traduzidas no desenvolvimento de modernas tecnologias de transporte, rapidez na

produção, acesso e transmissão das informações - ampliam a gama de possibilidades de produção dessas economias. Não raro, essas vantagens às colocam em uma relação direta com o mercado mundial, superando em alguma medida a relação entre nações (DINIZ, 2002, p. 94).

A localização da atividade econômica seguindo essa lógica de mercado tende a concentrar a produção e os setores de serviços relacionados a ela em determinadas regiões em detrimento de outras, o que pode acentuar as desigualdades instaladas no espaço territorial.

Historicamente, no Brasil, assistiu-se à presença forte do Estado conduzindo a política industrial desde 1930. Nos cinquenta anos que se seguiram, o Brasil foi o lócus privilegiado no qual se verificou o nascimento, o forte crescimento e a paralisia do setor produtivo estatal. A atuação forte do Estado, nesse período, imprimiu mudanças notáveis no espaço econômico nacional, segundo as palavras de Diniz (2002, p.97) “amplificando-o, integrando-o e desconcentrando-o, a despeito da permanência de um crescimento desigual e desequilibrado, principalmente em termos intra-regionais”.

A partir da década de 80, com a forte queda da capacidade de investimento do Estado e a hegemonia do ideário neoliberal, processou-se no Brasil um acelerado desmantelamento do setor produtivo estatal por meio da privatização da quase totalidade do aparato produtivo e de serviços fornecidos pelo setor público. Torna-se clara a delimitação do papel do Estado e a reduzida capacidade de articulação de uma política regional. Especialmente, uma política que se proponha a corrigir as disparidades causadas pelas imperfeições advindas da lógica de mercado na alocação do espaço destinado à produção dos bens e serviços que deverão ser ofertados aos mercados locais e globais.

Assim, a exemplo do que ocorreu nas economias desenvolvidas, a partir da década de 90, tem início no Brasil um processo de reestruturação produtiva. Entre outras conseqüências, a reestruturação promove uma transferência significativa de trabalhadores da indústria para o setor serviços, bem como um processo de terceirização da produção gerando uma dinâmica de transferências entre os setores de atividade econômica, além de promover seu movimento no espaço. A reestruturação organizacional das grandes empresas, por meio da adoção de processos racionalizados de fluxo de produção e estoques, inspirada no modelo japonês, forçava as empresas fornecedoras de bens intermediários e as empresas terceiras (fornecedoras de serviços

que eram realizados pelas próprias empresas) a se estabelecerem em locais estratégicos do ponto de vista da distância e da infra-estrutura viária para sintonizar-se ao sistema *just-in-time*, adotado por um grande número de empresas líderes.

Além da terceirização, práticas como o emprego temporário e a contratação de estagiários em substituição à mão-de-obra qualificada efetiva aumentam a rotatividade do trabalho enquanto um fator de produção de fácil ajuste. As mudanças frequentes de cargos e funções, no tempo e no espaço, quebram trajetórias profissionais e a instabilidade que se instala, por vezes obriga o trabalhador a assumir cargos com remuneração e habilidades inferiores aos seus atributos. Isso causa um alto grau de insatisfação e dificulta a fixação e a socialização, especialmente nos casos em que a inserção na ocupação implica no deslocamento espacial da mão-de-obra. Se o emprego não mais garante a integração social pelo trabalho, os critérios de valoração do trabalho também mudam e, assim, as normas culturais e atributos como a possibilidade de se manter próximo à família e a flexibilidade de alocação do próprio tempo passam a desempenhar um papel mais importante, deslocando a centralidade do trabalho no ciclo de vida dos indivíduos (PAIVA, POTENGY e GUARANÁ, 1998, p. 33-34).

Outra dimensão de análise é a espacialização da reestruturação produtiva que revela como os trabalhadores são impactados com a intensificação das transferências de atividades produtivas, seja pelas mudanças operadas no interior das unidades fabris para adequar a participação de fornecedores externos à nova territorialidade do ciclo produção, distribuição, circulação e consumo. Ou ainda, pela realocação industrial ou a descentralização geográfica. Neste sentido, o mundo do trabalho transcende ao limite da fábrica e a fábrica, tampouco se limita ao mundo do trabalho, e o sentido do trabalho se amplia revelando-se polissêmico. Os códigos e arranjos espaciais que devem ser decifrados em um mundo onde as fronteiras foram derrubadas pela globalização são outros. A organização espacial da sociedade está identificada com o seu tempo histórico (THOMAZ JÚNIOR, 2005, p. 43).

Desta forma, a divisão espacial do trabalho na última década, no Brasil, está relacionada às mudanças verificadas na organização e nas relações de trabalho, na inserção do país na divisão internacional do trabalho, nas mudanças dos preços relativos dos fatores de produção (devido a componentes idiossincráticos de choques agregados), bem como das vantagens comparativas dinâmicas instaladas em cada espaço.



## METODOLOGIA E DADOS

O estudo se valerá dos microdados da Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios – PNAD de 1993, 1995, 1997, 1999, 2001 e 2003. Tal pesquisa é realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE desde o segundo trimestre de 1967, e até 1970 os resultados eram apresentados com periodicidade trimestral. A partir de 1971 os levantamentos passaram a ser anuais, com realização no último trimestre.

A partir de 1981 a abrangência geográfica da PNAD foi ampliada e passou a excluir somente a área rural da antiga Região Norte<sup>2</sup>. Já a partir de 1992 a PNAD, para captar determinados grupos de pessoas envolvidas em atividade econômica que, anteriormente, não eram incluídas na população ocupada, efetuou mudanças metodológicas ampliando o conceito de trabalho<sup>3</sup>.

Para fins de análise o setor secundário foi desagregado nos subsetores Extrativo, Metal mecânico, Eletro-eletrônico, Madeireiro, Papel, papelão e gráfica, Petroquímico, fármaco e indústria de plástico, Têxtil, calçados e couros, Alimentos, bebidas e fumo e Construção civil. Por sua vez, o setor terciário foi desagregado em Serviços distributivos, Serviços produtivos, Serviços sociais e Serviços pessoais.

Como estratégia metodológica para analisar a distribuição do trabalho no espaço territorial brasileiro estimar-se-á o Quociente de Especialização Regional (QER<sub>ij</sub>) segundo os subsetores anteriormente citados, tal como utilizado em Kon (2002). Tal quociente é a razão entre a participação do emprego no setor i na região j em relação ao emprego total da região j; a participação do emprego do setor i em relação ao total de emprego no país.

$$QER_{ij} = \frac{\frac{X_{ij}}{X_j}}{\frac{X_i}{X}}$$

QER <sub>ij</sub>	Quociente de especialização regional (setor i; região j)
X <sub>ij</sub>	Número de ocupados no setor i na região j.
X <sub>j</sub>	Número de ocupados na região j.
X <sub>i</sub>	Número de ocupados no setor i.
X	Número de ocupados no país.

O quociente de valor igual à unidade representa a concentração média dos trabalhadores do país no setor analisado. Dessa forma, regiões que apresentam setores com quocientes

superiores à unidade revelam uma concentração de trabalhadores naquele setor acima da média nacional, ou seja, a região apresenta alguma especialização no setor estudado. De maneira análoga, regiões que apresentam quocientes inferiores à unidade são pouco especializadas naquele setor, já que, apresentam concentração de trabalhadores abaixo da média nacional.

Adicionalmente serão também estimados Coeficientes Reestruturação<sup>4</sup> para todas as unidades da federação. Tal coeficiente, conforme consta em Haddad (1989) relaciona a estrutura de emprego na região j entre o tempo t e t+n.

$$CT_i = \frac{\sum_i (|e_j^{t1} - e_j^{t0}|)}{2}$$

CTi	Coeficiente de reestruturação
$e_j^{t1}$	Número de ocupados no setor i na região j no tempo 1.
$e_j^{t0}$	Número de ocupados no setor i na região j no tempo 0.

Os valores do coeficiente variam de 0 a 1, dessa forma, quando o coeficiente for igual a zero não terá havido modificações na composição setorial da região. Coeficientes com valores próximos de um, por sua vez, indicam ter ocorrido reestruturação significativa na composição setorial do emprego na região. Serão estimados coeficientes entre 1993-1995, 1995-1997, 1997-1999, 1999-2001 e 2001-2003.

## RESULTADOS

A figura 1 representa, por meio de mapas, a magnitude da reestruturação do emprego ocorrida nos estados brasileiros. Os coeficientes calculados não revelam mudanças acentuadas na estrutura setorial de emprego. O maior Coeficiente de Reestruturação estimado representa aproximadamente 25% da unidade, que indicaria reestruturação profunda. Tal valor pode ser observado a partir do segundo biênio, exclusivamente em quatro estados da região Norte (Roraima, Amapá, Acre e Tocantins) e Paraíba no Nordeste. À exceção do Pará, que obteve baixo Coeficiente de Reestruturação - e assim se manteve em todos os biênios -, os demais estados do Norte apresentaram variabilidade entre os biênios. O Amazonas, por exemplo, a partir do segundo biênio, obteve índices crescentes a cada biênio para os quais o indicador foi calculado.

Apesar da heterogeneidade observada entre os estados no comportamento do indicador, é possível identificar um padrão ao longo dos biênios. Tal padrão revela que a magnitude da reestruturação do emprego setorial aumenta do biênio mais antigo para o mais recente. Nesse biênio se observa incremento do Coeficiente, inclusive para estados como Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul que se mantiveram no menor nível de reestruturação ao longo de quase todos os intervalos de tempo.

Estão dispostos na tabela 3 os quocientes de especialização regional estimados para os estados considerados neste trabalho (Ceará, Pernambuco, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul), em 1993, 1995, 1997, 1999, 2001 e 2003.

No que diz respeito ao referido indicador, o Ceará apresentou expressivo aumento de especialização no subsetor que agrega os segmentos industriais têxtil, calçados e couros e o que agrega a indústria alimentar, bebidas e fumo. O quociente de especialização do primeiro variou de 1,46 em 1993 a 2,72 em 2003, apresentando uma trajetória ascendente ao longo do período analisado, sem oscilações relevantes. Embora o segundo tenha apresentado números inferiores, verifica-se tendência de crescimento da especialização a partir de 1997. Provavelmente impulsionado pelas especializações citadas, os serviços distributivos, que respondem por grande parte da infra-estrutura de logística e comércio, também mostraram algum grau de especialização no estado.

Os quocientes apresentados pelo Ceará são coerentes com o prazo de maturação dos investimentos alavancados pelo Programa de Atração de Investimentos Industriais, à base de renúncia fiscal, cujos resultados efetivos eram esperados entre 1995-1998. Assim fortaleceram os ramos industriais tradicionais como têxtil, calçados, alimentos, metalurgia e embalagens, tanto do ponto de vista do mercado consumidor quanto da experiência da mão-de-obra local. Com o intuito de complementar a matriz de insumo-produto, especialmente no setor de calçados, prevaleceu algum incremento no setor de insumos industriais (ARRUDA, PIRES, MENELEU NETO e SAMPAIO, 1999, p. 444-445).

Em Pernambuco verificou-se quocientes de especialização acima da unidade nos serviços produtivos ao longo de todo o período analisado, entretanto a Indústria alimentar, bebidas e de fumo seguiu diminuindo o grau de especialização, terminando o período bem próximo da média dos outros estados, embora abaixo dela. Nos últimos dois anos investigados (2001 e 2003), os Serviços pessoais e Sociais apresentaram quocientes de especialização superiores à unidade.

A Indústria extrativa é visivelmente concentrada em Minas Gerais, mesmo com tendência declinante ao longo do tempo. Enquanto indústrias como Têxtil, calçados e couros sinalizam tendência de especialização a partir de 1999, segmentos como o Metal mecânico, Alimentos, bebidas e fumo, Construção civil e Serviços pessoais mantiveram quocientes acima da unidade, ainda que apresentassem flutuações e sinalizassem tendência de declínio ao longo do tempo. Vale registrar que no último período analisado, o maior quociente identificado, excede a unidade em apenas 22%. Serviços produtivos, Distributivos e Pessoais apresentaram pouca variabilidade no período e mantiveram-se abaixo, mas próximo da unidade.

O setor terciário (Serviços distributivos, Produtivos, Pessoais e Sociais) demonstrou ser mais especializado no Rio de Janeiro relativamente aos demais estados. Em contrapartida o setor industrial apresentou baixa especialização em todos os segmentos, exceto na indústria extrativa que apresenta certa especialização a partir de 1999. O segmento eletro eletrônico, em particular, que em 1993 apresentava quociente próximo de um, termina o período com quociente de 0,28, acima apenas daquele verificado para o Ceará no mesmo ano. Os dados indicam clara perda de especialização nos diversos ramos industriais analisados, ressalva-se, porém o desempenho da construção civil que apresentou valores próximos da unidade com comportamento consideravelmente uniforme no intervalo de tempo considerado.

Ao contrário do que foi verificado no Rio de Janeiro, São Paulo apresenta expressivo grau de especialização nos segmentos Eletro-eletrônico, Papel papelão e gráfico e Petroquímico, fármaco e plásticos. No setor terciário, é expressiva a especialização nos Serviços produtivos, superando, inclusive, o Rio de Janeiro, a partir de 1997.

Além do Ceará, outro estado que se destacou na indústria têxtil, calçados e couros foi o Rio Grande do Sul, cujo indicador variou entre 1993 e 2003 de 2,61 para 2,03. Diferente do comportamento do Ceará, entre 1993 e 2001, o nível de especialização no subsetor manteve-se praticamente constante, apresentando forte queda em 2003. Outros segmentos industriais como o metal mecânico, madeireiro e o de alimentos, bebidas e fumo apresentam certo grau de especialização no estado. Entre os segmentos do terciário, apenas os serviços produtivos apresentam alguma especialização.

Os serviços produtivos, por agregar serviços com algum grau de liberdade em termos de localização, aparentemente, apresentam um atraso na resposta ao crescimento do emprego em determinado segmento industrial. Assim, a localização preferencial desse

tipo de atividade seria na região concentrada, especialmente São Paulo, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

Os indicadores revelam com clareza, que apesar de indícios de dispersão da indústria para fora do eixo de concentração, os setores que empregam mais intensivamente tecnologia e, por conseguinte demandam mão-de-obra especializada permanecem concentrados no eixo Sudeste-Sul. Enquanto o Rio de Janeiro, devido a vantagens comparativas estáticas, se especializou no setor terciário, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul dividem a especialização nos diversos ramos industriais, embora se sobressaia a nítida hegemonia de São Paulo.

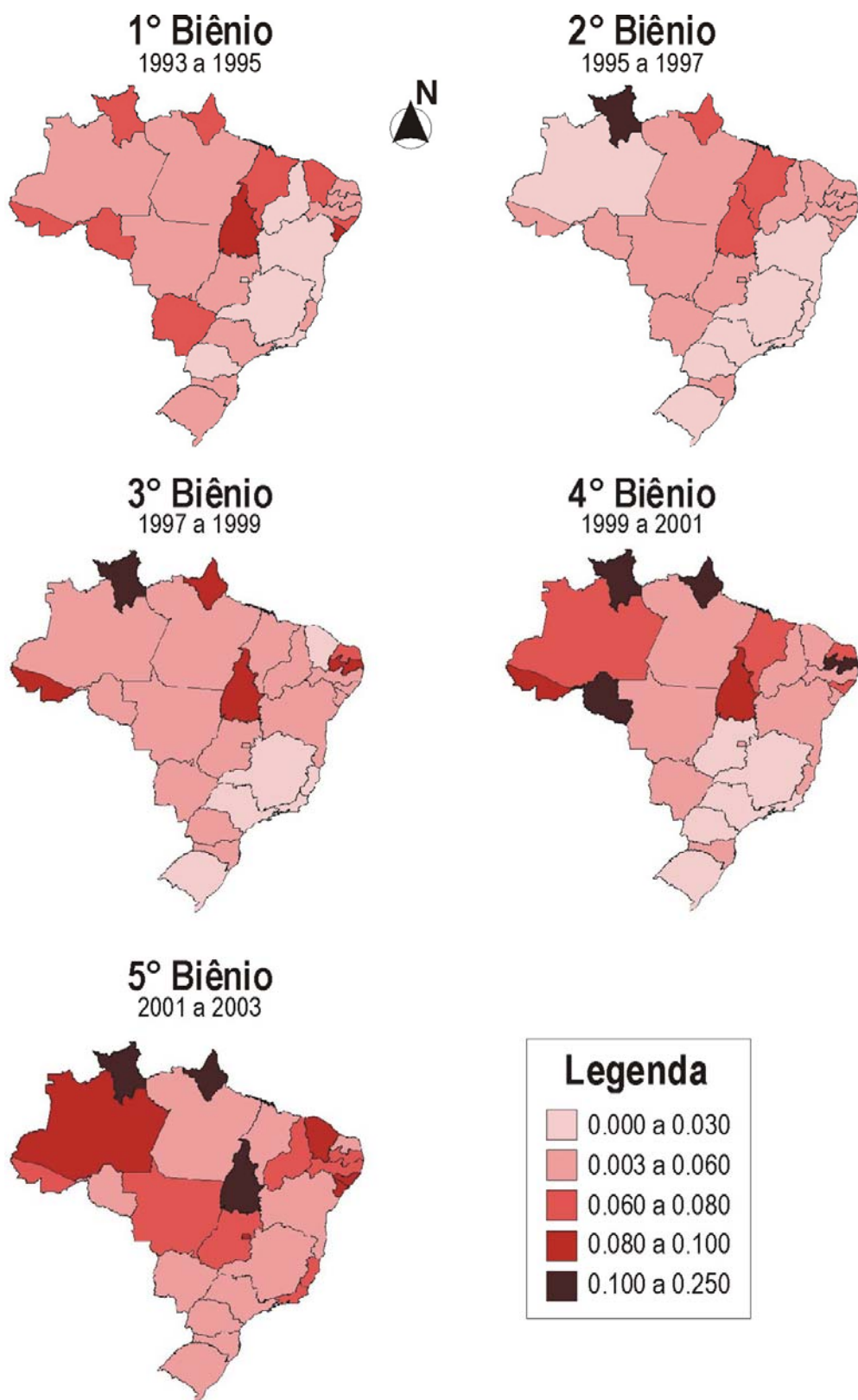


FIGURA 1: MAPAS CONTENDO O ÍNDICE DE REESTRUTURAÇÃO PARA TODAS AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO ENTRE OS PERÍODOS 1993-1995, 1995-1997, 1997-1999, 1999-2001 E 2001-2003

FONTE: ELABORADO A PARTIR DOS MICRODADOS DA PNAD/IBGE DE 1993, 1995, 1997, 1999, 2001 E 2003.

TABELA 3  
 QUOCIENTE DE ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL SEGUNDO OS SETORES SELECIONADOS – CEARÁ, PERNAMBUCO,  
 MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO – 1993 A 2003

(CONTINUA)

Setores de Atividade	Ceará	Pernambuco	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	Rio G. do Sul
Extrativo						
1993	0,79	0,74	2,18	0,69	0,26	0,34
1995	0,96	0,31	2,26	0,74	0,31	0,72
1997	1,29	0,91	2,16	0,64	0,30	0,99
1999	0,35	0,77	2,14	1,10	0,38	0,89
2001	1,10	0,40	1,87	1,45	0,21	0,93
2003	0,53	0,47	1,86	1,11	0,35	1,03
Metalmeccânico						
1993	0,64	0,66	1,19	0,77	1,70	1,09
1995	0,60	0,57	1,11	0,71	1,67	1,12
1997	0,55	0,60	1,05	0,73	1,60	1,03
1999	0,64	0,63	1,20	0,69	1,61	1,05
2001	0,65	0,54	1,24	0,76	1,54	1,06
2003	0,54	0,53	1,08	0,77	1,53	1,24
Eletrô eletrônico						
1993	0,07	0,17	0,50	0,91	2,20	0,96
1995	0,30	0,43	0,44	0,55	2,15	0,79
1997	0,15	0,35	0,42	0,61	2,22	0,65
1999	0,38	0,57	0,49	0,44	2,16	0,74
2001	0,27	0,34	0,52	0,44	1,95	0,84
2003	0,13	0,79	0,71	0,28	1,87	1,08
Madeireiro						
1993	1,49	0,62	0,72	0,60	0,65	0,95
1995	1,43	0,65	0,82	0,52	0,78	1,07
1997	0,81	0,51	0,81	0,46	0,71	1,32
1999	0,99	0,62	0,87	0,53	0,63	1,39
2001	1,56	0,51	0,83	0,44	0,64	1,26
2003	0,80	0,65	0,96	0,47	0,91	1,20
Papel, papelão e gráfico.						
1993	0,41	0,59	0,66	1,21	1,54	0,94
1995	0,38	0,41	0,57	1,12	1,69	1,06
1997	0,53	0,48	0,56	1,18	1,58	1,11
1999	0,51	0,55	0,71	0,84	1,82	0,77
2001	0,70	0,61	0,80	0,79	1,72	0,94
2003	0,35	0,66	0,66	0,95	1,69	0,93
Petroquímico, fármaco e plásticos.						
1993	0,41	0,44	0,52	1,01	1,84	0,94
1995	0,48	0,56	0,46	1,05	1,73	0,97
1997	0,57	0,47	0,68	1,00	1,81	1,00
1999	0,59	0,59	0,51	0,90	1,89	1,07
2001	0,48	0,71	0,55	0,86	1,83	1,14
2003	0,52	0,64	0,72	0,74	1,77	0,70
Têxtil, calçados e couros.						
1993	1,46	0,70	0,92	0,74	1,21	2,61
1995	1,74	0,91	0,88	0,83	1,09	2,63
1997	1,98	0,60	0,92	0,69	0,98	2,69
1999	2,15	0,77	1,06	0,57	1,04	2,62
2001	2,12	0,63	1,22	0,47	1,12	2,64
2003	2,72	0,66	1,22	0,64	0,90	2,03

TABELA 3  
 QUOCIENTE DE ESPECIALIZAÇÃO REGIONAL SEGUNDO OS SETORES SELECIONADOS – CEARÁ, PERNAMBUCO,  
 MINAS GERAIS, RIO DE JANEIRO E SÃO PAULO – 1993 A 2003

(CONTINUAÇÃO)

Setores de Atividade	Ceará	Pernambuco	Minas Gerais	Rio de Janeiro	São Paulo	Rio G. do Sul
Alimentar, bebidas e fumo.						
1993	0,69	1,15	0,98	0,91	1,06	1,11
1995	1,10	1,23	1,07	0,89	0,99	1,17
1997	0,82	1,17	1,18	0,76	0,98	1,20
1999	0,90	1,11	1,32	0,68	0,92	1,29
2001	1,09	1,07	1,13	0,72	0,99	1,22
2003	1,28	0,95	1,08	0,62	0,88	1,40
Construção civil						
1993	1,56	1,31	1,09	0,96	0,89	0,79
1995	1,04	0,94	1,20	1,03	0,90	0,83
1997	0,99	1,00	1,26	0,93	0,89	0,92
1999	0,93	1,31	1,13	0,94	0,89	0,87
2001	0,92	0,95	1,13	0,99	0,87	0,96
2003	0,90	0,80	1,08	1,07	0,89	0,94
Serviços distributivos						
1993	1,04	1,17	0,94	0,96	0,94	0,94
1995	1,04	1,26	0,93	0,94	0,93	0,90
1997	1,14	1,20	0,93	1,01	0,94	0,88
1999	1,07	1,17	0,91	0,98	0,94	0,88
2001	1,07	1,17	0,92	1,01	0,95	0,88
2003	1,07	1,23	0,93	0,98	0,95	0,88
Serviços pessoais						
1993	1,01	1,05	1,12	1,13	0,94	0,91
1995	1,03	1,07	1,06	1,08	0,97	0,93
1997	1,05	1,08	1,10	1,11	0,95	0,94
1999	1,05	0,98	1,08	1,14	0,97	0,90
2001	1,06	1,04	1,05	1,14	0,94	0,88
2003	0,98	1,04	1,09	1,11	0,95	0,87
Serviços produtivos						
1993	0,33	0,70	0,80	1,26	1,26	1,24
1995	0,50	0,56	1,01	1,37	1,25	1,12
1997	0,49	0,70	0,90	1,20	1,29	1,09
1999	0,58	0,81	0,92	1,17	1,31	1,09
2001	0,57	0,81	0,93	1,02	1,39	1,15
2003	0,69	0,86	0,86	1,26	1,31	0,99
Serviços sociais						
1993	0,93	0,90	0,96	1,03	0,84	0,93
1995	1,04	0,93	0,96	1,05	0,83	0,97
1997	1,00	0,99	0,90	1,05	0,89	0,94
1999	1,01	0,91	0,91	1,07	0,86	1,01
2001	0,90	1,08	0,94	1,06	0,88	0,97
2003	0,86	1,10	0,96	1,04	0,87	0,98

FONTES: ELABORADO A PARTIR DE MICRODADOS DA PNAD/IBGE – 1993, 1995, 1997, 1999, 2001, 2003.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se pode negar que houve, na década analisada neste estudo, certa dinâmica espacial da produção e, conseqüentemente do trabalho. Entretanto, o que se verificou não foi em virtude de uma distribuição planejada e coordenada da localização espacial do trabalho no território, como objeto de plano de desenvolvimento nacional integrado. No período analisado, não houve por parte do governo federal nenhuma política ativa que objetivasse a redução das desigualdades regionais. A reduzida desconcentração espacial verificada é muito mais resultado do esforço de políticas regionais e locais, que, no primeiro momento conseguem atrair investimentos por meio da renúncia fiscal e das vantagens comparativas estáticas.

A preocupação com o desenvolvimento integrado volta à agenda governamental a partir do Plano Plurianual de 1996-1999: *Investir para Crescer*. Uma das estratégias de atuação previstas é a redução dos desequilíbrios espaciais e sociais. A inclusão dos desequilíbrios espaciais reflete o desejo de se incorporar a dimensão espacial como uma variável endógena de desenvolvimento regional. A materialização da proposta é expressa na definição de eixos de integração em 1996-1999 e que foram redefinidos no Plano Plurianual de 2000-2003 denominado *Avança Brasil*. A criação do Ministério da Integração Nacional e a incorporação dos Programas de Desenvolvimento Integrado e Sustentável de Mesorregiões Diferenciadas no *Avança Brasil*, sinalizam transição no papel do Estado de grande financiador e executor a animador, articulador e indutor do processo de desenvolvimento regional sustentável. As propostas de investimentos refletem a preocupação com a definição de eixos estratégicos de desenvolvimento, com a criação de instrumentos modernos de política regional e a proposição de ações. Entretanto, a morosidade na implementação das ações, retardam o aparecimento e a administração das limitações, conflitos e entraves que podem surgir na implementação e no prazo de maturação dos programas. Tal inoperância por parte dos planejadores de políticas regionais em esfera nacional, força os órgãos estaduais e municipais a adotarem medidas de alcance localizado, pouco articuladas nacionalmente, o que minimiza a eficiência dos recursos empregados. A produção de vantagens comparativas dinâmicas exige maior esforço de investimentos e, normalmente é objeto de projetos mais elaborados que demandam esforço de captação de recursos por parte das economias locais, que seriam menores se fossem articulados no escopo de um macro plano de desenvolvimento regional, articulados entre todas as esferas de governo.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, Gerardo Clésio Maia; PIRES, Inácio José Bessa; MENELEU NETO, José; SAMPAIO, João Bosco. *Políticas de Emprego no Estado do Ceará*. In: POSTHUMA, Caroline (Org.). *Abertura e Ajuste do Mercado de Trabalho no Brasil: Políticas para conciliar desafios de emprego e competitividade*, Brasília: OIT e Mte; São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 421-449.

BARROS, Ricardo Paes de; CRUZ, Luiz Eduardo Miranda; FOGUEL, Miguel Nathan e MENDONÇA, Rosane S. P. de. Uma avaliação empírica do grau de flexibilidade alocativa do mercado de trabalho brasileiro. *Mercado de Trabalho: Conjuntura e Análise*, Rio de Janeiro, n. 4. abril-1997.

BARROS, Ricardo Paes; RAMOS, Lauro e FIRPO, Sérgio. Geração de Empregos e Realocação Espacial no Mercado de Trabalho Brasileiro. *Notas sobre o mercado de trabalho*. Brasília, Ministério do Trabalho e Emprego, n. 2, P. 3-12, 1998.

BONELLI, Régis e GONÇALVES, Robson R.. *Para Onde vai a Estrutura Industrial Brasileira*. In: A Economia Brasileira em Perspectiva, Rio de Janeiro, IPEA, v.2,1998. p. 617-664.

COUTINHO, Luciano; BALTAR, Paulo e CAMARDO, Fernando. *Desempenho Industrial e do emprego sob a política de estabilização*. In: POSTHUMA, Caroline (Org.). *Abertura e Ajuste do Mercado de Trabalho no Brasil: Políticas para conciliar desafios de emprego e competitividade*, Brasília: OIT e MTE; São Paulo: Ed. 34, 1999. p. 61-86

DINIZ, Clélio Campolina. *A Nova Configuração Urbano-industrial no Brasil*. In. KON, Anita (Org.). *Unidade e Fragmentação: a Questão Regional no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002. p.87-115.

FERES, Flávia Lúcia Chein. *A Questão Regional nos Planos Plurianuais*. In. KON, Anita (Org.). *Unidade e Fragmentação: a Questão Regional no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002. p; 275-308.

GALVÃO JÚNIOR, Antônio Fialho; GOMES, Fábio Augusto Reis; e SALVATO, Márcio Antônio. *Mudança Cíclica Versus Mudança Estrutural: Uma análise da Produtividade da Mão-de-obra na Indústria Brasileira*. *Pesquisa e Planejamento Econômico-PPE*. Rio de Janeiro, IPEA, V. 35, N. 1, P. 75-96. ABRIL-2005.

HADDAD, Paulo Roberto. *Medidas de Localização e de Especialização*. In: HADDAD, Paulo Roberto (Org.) *Economia regional: teorias e métodos de análise*. Fortaleza, BNB.ETENE, 1989. p. 225-247.

KON, Anita. *Evolução Produtiva e Espacialidade do Trabalho no Brasil*. In. KON, Anita (Org.). *Unidade e Fragmentação: a Questão Regional no Brasil*. São Paulo: Perspectiva, 2002. p; 247-274.

PAIVA, Vanilda; POTENGY, Gisélia ; GUARANÁ, Elisa. *Qualificação, Consumo e Estilos de Vida*. In: LEITE, Márcia P.; NEVES, Magda A. (Orgs.). *Trabalho, Qualificação e*

Formação Profissional:Série II Congresso Latino-americano de Sociologia do Trabalho. São Paulo;Rio de Janeiro:ALAST, 1998. p.31-42

PIQUET, Rosélia. A indústria metropolitana no Brasil muda de lugar e emprega menos. *Cadernos IPPUR*, 2001-2 e 2002-1. p. 249-263.

PIQUET, Rosélia. O emprego industrial metropolitano e a nova divisão espacial do trabalho no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Rio de Janeiro, n.3. p. 97-110. novembro-2000.

RAMOS, Lauro; FERREIRA, Valéria. Geração de Emprego e Realocação Espacial no Mercado de Trabalho Brasileiro-1992-2002. *Pesquisa e Planejamento Econômico - PPE*. Rio de Janeiro, IPEA, V. 35, N. 1, P. 1-31. ABRIL-2005.

THOMAZ JÚNIOR, Antonio. Por Uma Geografia do Trabalho. *Revista Tamoios*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 37-56, Janeiro a junho de 2004. Disponível em <[http://geocities.yahoo.com.br/revistatamoios/tam\\_tree/revistas/Tam\\_line\\_0401.pdf](http://geocities.yahoo.com.br/revistatamoios/tam_tree/revistas/Tam_line_0401.pdf)> acesso 23 - agosto - 2005

## NOTAS

---

1 Ver por exemplo Galvão Júnior, Gomes e Salvato (2005), Piquet (2000), Bonelli e Gonçalves (1998), Coutinho, Baltar e Camargo (1999) entre outros.

2 A exclusão da área rural da região Norte não é problemática, pois as atividades extrativas vegetais e agropecuárias, que se desenvolvem predominantemente nessas áreas, não foram contempladas neste trabalho.

3 A PNAD, a partir de 1992, passou a considerar ocupadas as pessoas que trabalham na produção para autoconsumo, na construção para uso da família e os trabalhadores não-remunerados que executam tarefas em menos de 15 horas na semana. Essas mudanças no conceito de trabalho impossibilitam a comparação direta dos dados publicados das PNADs anteriores a 1992. Porém, a partir dos microdados, é possível reconstruir séries comparáveis, entretanto, neste trabalho não foi necessário elaborar nenhum filtro nos dados, uma vez que se trabalhou com dados posteriores à mudança no conceito.

4 Alguns estudos têm utilizado este instrumento de análise regional sob a denominação de índice de turbulência, ou seja, um indicador da magnitude do efeito de choques idiossincráticos em determinadas regiões ou setores de atividade. Ver Ramos e Ferreira (2005), Barros, Cruz, Foguel, e Mendonça (1997); Barros, Ramos e Firpo (1998).